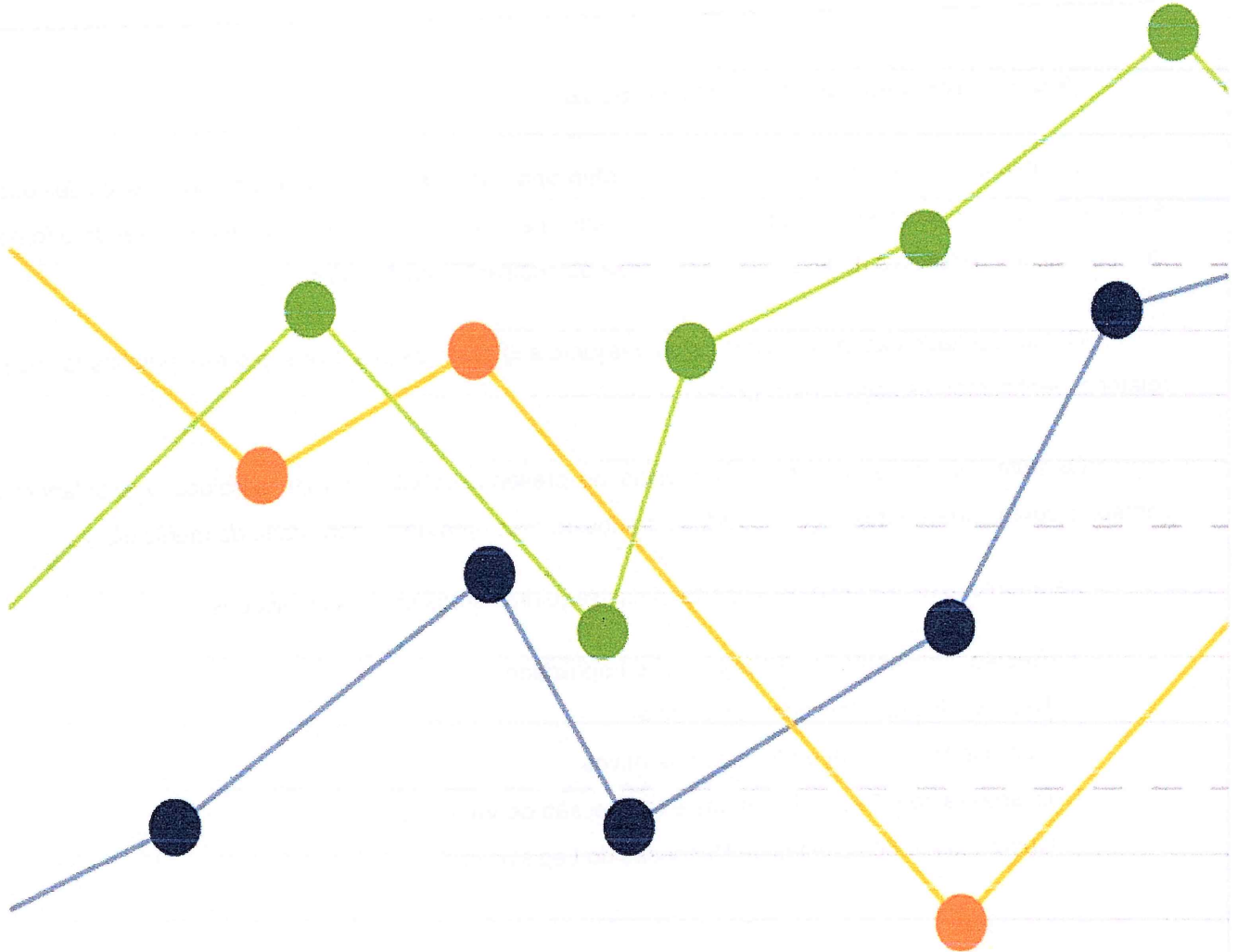




# Relatório do Controle Interno

Período de Janeiro de 2026



# RCI

## RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO



# Relatório do Controle Interno

Período de Janeiro de 2026

---

**Entidade:** Alumínio - Câmara Municipal

**Período de Análise:** Janeiro / 2026

---

## A/C Sr. Presidente Jean Ricardo de Souza

Em cumprimento às determinações da Lei Municipal, vimos encaminhar o relatório sintético das ocorrências e indicadores setoriais coletados, aferidos e analisados pelo Sistema de Controle Interno, visando o fornecimento de informações gerenciais necessárias às tomadas de decisão desta Administração.

Como resultado das informações coletadas junto aos gestores das diversas áreas sintetizadas no presente relatório, verificamos as seguintes ocorrências:

Os números apresentados na sequência do presente trabalho, foram extraídos dos balancetes conta contábil e conta corrente dos arquivos XMLs gerados pelo sistema de contabilidade do município.

Para tanto, este trabalho está apartado nas seguintes áreas/setores analisados:

- 2 - Gestão Orçamentária - Fiscalização e Legalidade
- 3 - Restos a Pagar - Inscrição e Controle
- 5 - Controle Patrimonial e Alienação de Ativos
- 6 - Despesas com Pessoal - Limites e Concessão de Vantagens
- 8 - Cumprimento dos Limites de Despesas do Legislativo



# Relatório do Controle Interno

Período de Janeiro de 2026

## Item desfavorável X Classificação de Risco

**Total de Itens desfavoráveis: 2**

Impacto					
Muito Baixo 1	0 RB	0 RB	0 RB	0 RB	0 RM
Baixo 2	0 RB	0 RB	0 RM	0 RM	0 RM
Médio 5	0 RB	0 RM	0 RM	0 RA	0 RA
Alto 8	0 RB	0 RM	0 RA	0 RA	0 RE
Muito Alto 10	0 RM	0 RM	0 RA	0 RE	2 RE
<b>Probabilidade</b>	Muito Baixa 1	Baixa 2	Média 5	Alta 8	Muito Alta 10

Risco	Qtde de Itens	%	Descrição
Risco Baixo - RB	0	0,00	Nível de risco dentro do apetite a risco, mas é possível que existam oportunidades de maior retorno que podem ser exploradas assumindo-se mais riscos, avaliando a relação custo x benefício, como diminuir o nível de controles.
Risco Médio - RM	0	0,00	Nível de risco dentro do apetite a risco. Geralmente nenhuma medida especial é necessária, porém requer atividades de monitoramento específicas e atenção da unidade na manutenção de respostas e controles para manter o risco nesse nível, ou reduzi-lo sem custos adicionais.
Risco Alto - RA	0	0,00	Nível de risco além do apetite a risco. Qualquer risco nesse nível deve ser comunicado ao dirigente máximo da unidade e ter uma ação tomada em período determinado. Postergação de medidas só com autorização do dirigente máximo da unidade.
Risco Extremo - RE	2	100,00	Nível de risco muito além do apetite a risco. Qualquer risco nesse nível deve ser objeto de Avaliação Estratégica, comunicado a alta administração e ao gestor ou dirigente máximo da unidade e ter uma resposta imediata. Postergação de medidas só com autorização da alta administração.

2

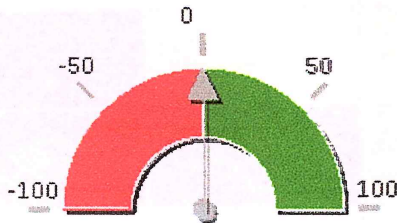


# Relatório do Controle Interno

Período de Janeiro de 2026

Área Setorial:	2 - Gestão Orçamentária - Fiscalização e Legalidade
Responsável Setorial:	Joelma Marinheiro Ferreira da Silva

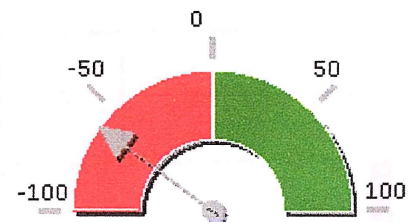
Indicadores	Valores	%
Transferência Financeiras a Receber	R\$ 8.400.000,98	
Cronograma de Desembolso	R\$ 700.000,08	
Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 700.000,08	
Varição (DÉFICIT / SUPERÁVIT)	R\$ 0,00	% 0,00



2.1 - Relativo as transferências financeiras previstas para com as transferências financeiras realizadas até o período apurado a posição é de superavit ? **SIM**

Indicadores	Valores	%
Despesa Prevista Atualizada	R\$ 8.400.000,98	
Cronograma de Desembolso	R\$ 700.000,08	
Despesa Empenhada Até o Período	R\$ 1.117.784,52	
Varição (DÉFICIT / SUPERÁVIT)	R\$ -417.784,44	% -59,68

2.2 - Relativo ao comportamento das despesas previstas no cronograma de desembolso para com as despesas empenhadas realizadas até o período apurado a posição é de superavit ? **NÃO**





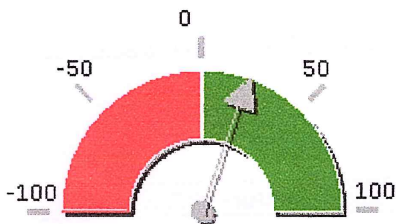
# Relatório do Controle Interno

Período de Janeiro de 2026

## Justificativa:

Foi enviada a esta controladoria a resposta do setor contábil em 06/04/2026. A resposta será anexada digitalizada e anexada ao relatório final impresso.

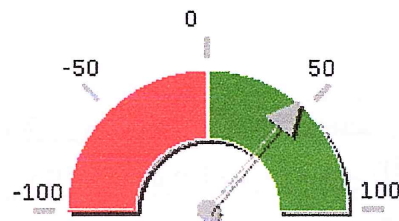
Indicadores	Valores	%
Despesa Prevista Atualizada	R\$ 8.400.000,98	
Cronograma de Desembolso	R\$ 700.000,08	
Despesa Liquidada Até o Período	R\$ 543.900,31	
Varição (DÉFICIT / SUPERÁVIT)	R\$ 156.099,77	% 22,30



2.3 - Relativo ao comportamento das despesas previstas no cronograma de desembolso para com as despesas liquidadas realizadas até o período apurado a posição é de superavit ? **SIM**

Indicadores	Valores	%
Despesa Prevista Atualizada	R\$ 8.400.000,98	
Cronograma de Desembolso	R\$ 700.000,08	
Despesa Paga Até o Período	R\$ 385.838,62	
Varição (DÉFICIT / SUPERÁVIT)	R\$ 314.161,46	% 44,88

2.4 - Relativo ao comportamento das despesas previstas no cronograma de desembolso para com as despesas pagas realizadas até o período apurado a posição é de superavit ? **SIM**



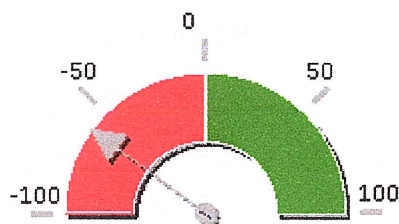
Descrição	Valor	%
-----------	-------	---



# Relatório do Controle Interno

Período de Janeiro de 2026

Transferências Financeiras Recebidas Até o Período	R\$ 700.000,08	
Despesa Empenhada Até o Período	R\$ 1.117.784,52	
Varição (DÉFICIT / SUPERÁVIT)	R\$ -417.784,44	% -59,68



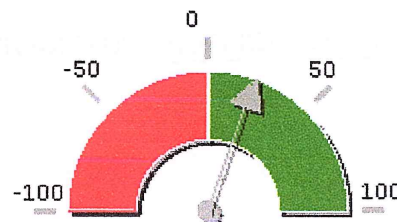
2.5 - Relativo ao comportamento das transferências financeiras recebidas para com as despesas empenhadas até o período apurado a posição é de superavit ? **NÃO**

### Justificativa:

Encaminharemos a resposta a esta controladoria, já adiantando que o quesito 2.2 é muito parecido com o 2.5. A mesma será digitalizada e anexada ao relatório final impresso.

Descrição	Valor	%
Transferências Financeiras Recebidas Até o Período	R\$ 700.000,08	
Despesa Liquidada Até o Período	R\$ 543.900,31	
Varição (DÉFICIT / SUPERÁVIT)	R\$ 156.099,77	% 22,30

2.6 - Relativo ao comportamento das transferências financeiras recebidas para com as despesas liquidadas até o período apurado a posição é de superavit ? **SIM**

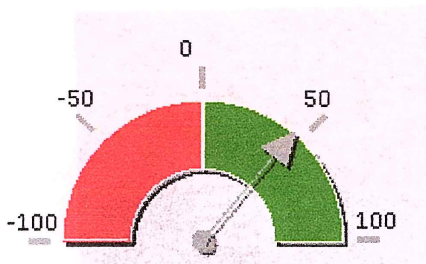


Descrição	Valor	%
Transferências Financeiras Recebidas Até o Período	R\$ 700.000,08	
Despesa Paga Até o Período	R\$ 385.838,62	
Varição (DÉFICIT / SUPERÁVIT)	R\$ 314.161,46	% 44,88



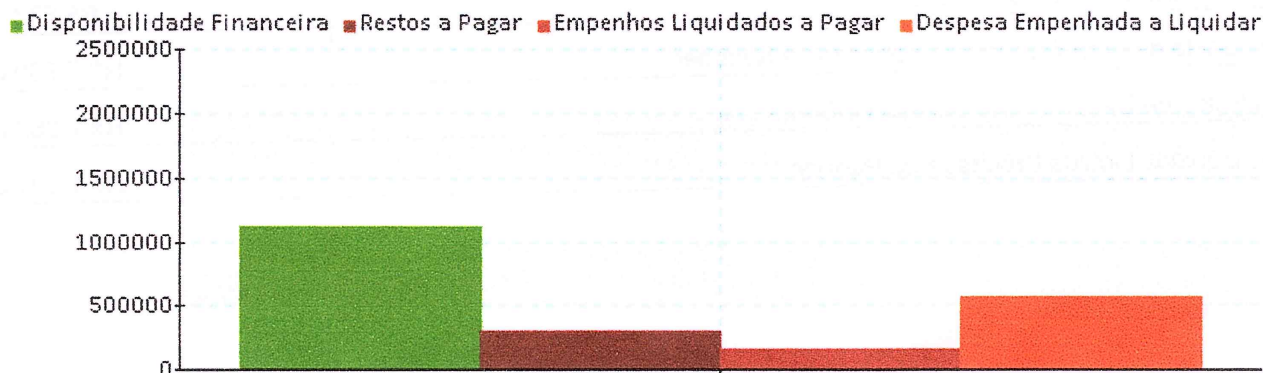
# Relatório do Controle Interno

Período de Janeiro de 2026



2.7 - Relativo ao comportamento das transferências financeiras recebidas para com as despesas pagas até o período apurado a posição é de superavit ? **SIM**

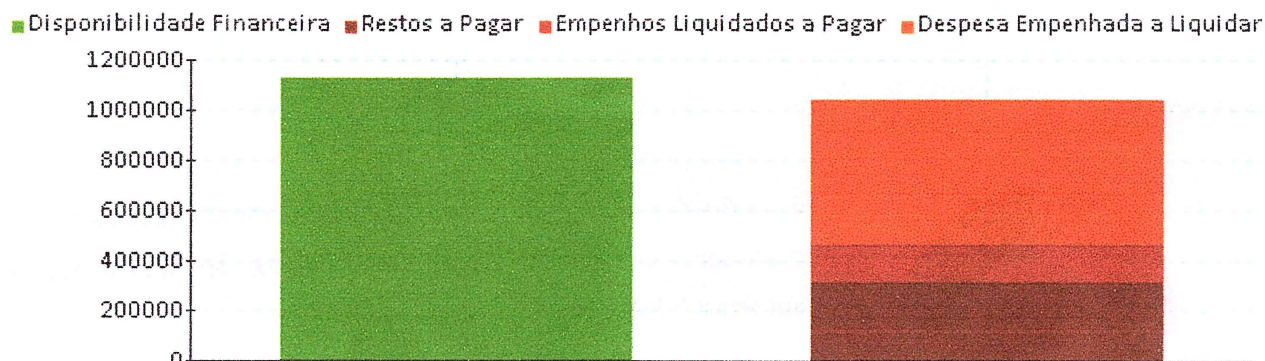
Descrição	Valor
Disponibilidade Financeira	R\$ 1.127.857,70
(-) Restos a Pagar até o Período Process./Não Process.	R\$ 304.212,18
(-) Empenhos Liquidados a Pagar até o Período	R\$ 158.061,69
(-) Despesa Empenhada a Liquidar	R\$ 573.884,21
(=) Liquidez Geral do Período *	R\$ 91.699,62
(+) Saldo de Transferências Financeiras a Receber	R\$ 7.700.000,90
(-) Saldo de Despesas Autorizadas a Empenhar	R\$ 7.282.216,46
(-) Saldo de Transferências Financeiras a Realizar	R\$ 0,00
(=) Liquidez Geral Projetada do Período ***	R\$ 509.484,06





# Relatório do Controle Interno

Período de Janeiro de 2026



2.8 - \* Existem disponibilidades financeiras para pagamentos dos restos a pagar processados e não processados, para os empenhos liquidados a pagar e para as despesas empenhada a liquidar ? **SIM**

2.9 - \*\*\* Existem disponibilidades financeiras para pagamentos dos restos a pagar processados e não processados, para os empenhos liquidados a pagar, para as despesas empenhada a liquidar e para as despesas autorizadas a empenhar ? **SIM**

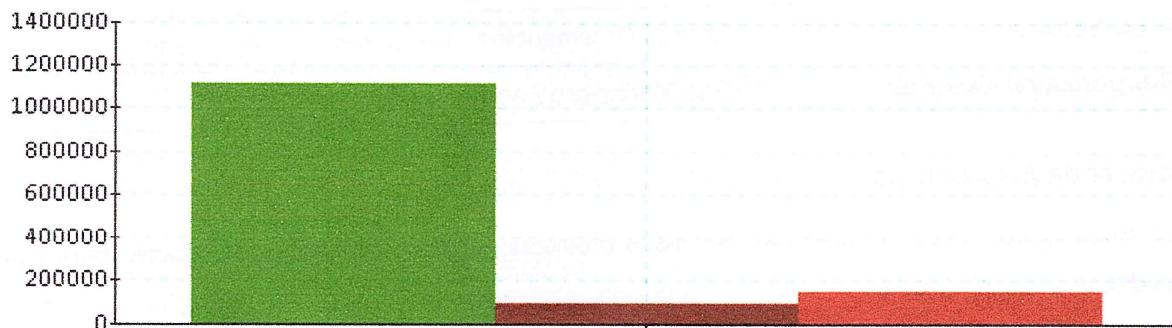
Período	Valor
Disponibilidade Financeira	R\$ 1.127.857,70
(-) Restos a Pagar Processados até o Período	R\$ 96.305,93
(-) Empenhos Liquidados a Pagar até o Período	R\$ 158.061,69
(=) Liquidez Líquida do Período *	R\$ 873.490,08
(+) Saldo de Transferências Financeiras a Receber	R\$ 7.700.000,90
(-) Saldo de Despesas Autorizadas a Empenhar	R\$ 7.282.216,46
(=) Liquidez Líquida Projetada do Período ***	R\$ 1.291.274,52



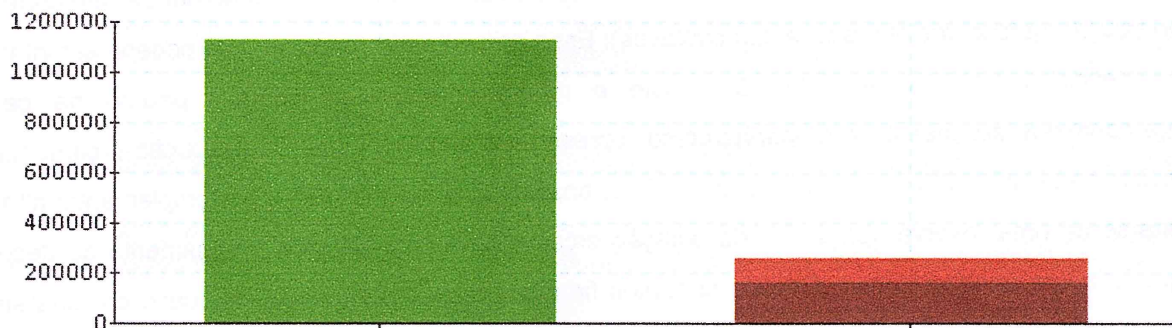
# Relatório do Controle Interno

Período de Janeiro de 2026

■ Disponibilidade Financeira ■ Restos a Pagar ■ Empenhos Liquidados a Pagar



■ Disponibilidade Financeira ■ Restos a Pagar ■ Empenhos Liquidados a Pagar



2.10 - \* Existem disponibilidades financeiras para pagamentos dos restos a pagar processados e para os empenhos liquidados a pagar ? **SIM**

2.11 - \*\*\* Existem disponibilidades financeiras, considerando a liquidez geral projetada do período para pagamentos dos restos a pagar processados, para os empenhos liquidados a pagar e para as despesas autorizadas a empenhar? **SIM**



# Relatório do Controle Interno

Período de Janeiro de 2026

<b>Área Setorial:</b>	2 - Gestão Orçamentária - Fiscalização e Legalidade
<b>Responsável Setorial:</b>	Joelma Marinheiro Ferreira da Silva

## Parecer da Área Setorial

2.2. Relativo ao comportamento das despesas previstas no cronograma de desembolso para com as despesas liquidadas realizada no período apurado a posição de superávit?

De fato, o empenhamento registrado foi de R\$ 1.117.784,52 (um milhão, cento e dezessete mil, setecentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos), enquanto o valor recebido referente ao duodécimo correspondeu a R\$ 700.000,08 (setecentos mil reais e oito centavos). Essa aparente discrepância, que poderia ser interpretada como um "déficit" inicial, na verdade não existe e reflete uma prática contábil padrão na gestão pública. Para contextualizar melhor, o empenhamento representa a primeira etapa da execução orçamentária, conforme previsto na Lei nº 4.320, de 1964 e na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF - Lei Complementar nº 101, de 2000). Trata-se de uma reserva obrigatória de dotação orçamentária para garantir o pagamento de despesas futuras, especialmente aquelas decorrentes de contratos firmados com antecedência. No caso em análise, os maiores empenhos referem-se precisamente a esses instrumentos contratuais, que preveem execução gradual ao longo do exercício financeiro. A assinatura do contrato exige o empenho imediato para evitar contingenciamentos ou bloqueios de recursos, mesmo que a liquidação e o pagamento ocorram em meses subsequentes. O duodécimo, por sua vez, é o repasse mensal de recursos do Poder Executivo para os Poderes Legislativo e Judiciário, calculado com base na previsão orçamentária anual (art. 29 da LRF). No início do ano, esse valor inicial é conservador, ajustando-se conforme a arrecadação real. Assim, os R\$ 700.000,08 recebidos cobrem apenas as despesas imediatas, enquanto os empenhos adicionais serão suportados pelos duodécimos futuros, que tendem a crescer à medida que a receita se materializa. Em resumo, não há descompasso orçamentário, mas sim uma gestão prudente e antecipada, alinhada aos princípios da legalidade, eficiência e equilíbrio fiscal. Para ilustrar numericamente:

Item	Valor	(R\$)	Observação
Empenho total	1.117.784,52	Reserva para contratos anuais	
Duodécimo recebido	700.000,08	Repasse inicial (1º mês)	
Diferença aparente	417.784,44	Coberta por repasses futuros	

Essa abordagem evita riscos como a paralisação de obras ou serviços essenciais, promovendo a continuidade das



# Relatório do Controle Interno

Período de Janeiro de 2026

ações públicas. Se precisar de ajustes ou mais detalhes sobre normativas específicas.

Em atenção à solicitação de informações desta Controladoria, passamos a expor a análise técnica pertinente ao item questionado:

2.5. Relativo ao comportamento das transferências financeiras recebidas frente às despesas empenhadas até o período apurado, a posição é de superávit?

Sob a ótica da técnica contábil e orçamentária, informamos que o resultado momentaneamente deficitário observado não caracteriza uma insuficiência financeira estrutural. Esta oscilação é intrínseca à metodologia de empenhamento global e por estimativa.

Conforme as normas de Contabilidade Pública, o registro do empenho ocorre integralmente no ato da formalização do contrato ou no início do exercício para despesas estimadas. Esse procedimento gera uma redução imediata na dotação disponível, enquanto o fluxo de desembolso financeiro (pagamento) e a liquidação do serviço processam-se mensalmente.

Dessa forma, a análise técnica projeta um ponto de equilíbrio com tendência superavitária a partir do mês de agosto. Ressaltamos que eventuais renovações contratuais ou novas licitações podem demandar empenhos em sua totalidade - ainda que proporcionais ao restante do exercício -, o que poderá suscitar variações pontuais no déficit nominal. Contudo, em uma perspectiva macroeconômica da execução orçamentária anual, asseguramos que não há riscos ao equilíbrio fiscal ou ao cumprimento das metas do período.

Para sintetizar a dinâmica da execução, apresento a estrutura técnica abaixo:

Elemento Técnico	Natureza da Operação	Impacto na Execução Orçamentária
Empenho de Contratos	Registro do compromisso total no ato da contratação.	Redução imediata do saldo disponível.
Cronograma de Desembolso financeiro	Pagamento mensal condicionado à liquidação da despesa.	Distribuição do impacto real ao longo do tempo.
Sazonalidade (Ponto de Inflexão) para o estado	Maturação da receita frente ao cronograma de empenhos.	Previsão de transição superavitário em agosto.



# Relatório do Controle Interno

Período de Janeiro de 2026

Sendo o que tínhamos para informar, colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos adicionais.

## Documentos Anexos:

Contém arquivos anexados.

## Parecer da Controladoria

Tendo em vista os esclarecimentos apresentados pelo setor contábil, verifica-se que o período apurado vem sendo acompanhado e analisado sempre que solicitado, não se verificando, até o presente momento, esquivas de resposta ou ausência de informações por parte do setor responsável. Não obstante, esta Controladoria recomenda que a unidade responsável mantenha acompanhamento contínuo e sistemático da execução orçamentária e financeira, especialmente no que se refere à evolução dos empenhos globais e estimativos vinculados aos contratos de execução continuada, considerando os reflexos que tais registros produzem sobre os demonstrativos contábeis e financeiros. Recomenda-se, ainda, a observância permanente do cronograma de desembolso e da compatibilidade entre a programação financeira e os repasses mensais do duodécimo, de forma a assegurar a manutenção do equilíbrio fiscal, a regularidade da execução orçamentária e a adequada gestão dos recursos públicos ao longo do exercício financeiro.

Sugere-se também a adoção de medidas periódicas de monitoramento das despesas liquidadas e pagas, acompanhadas da atualização constante das projeções financeiras, com o objetivo de identificar preventivamente eventuais oscilações capazes de impactar a execução orçamentária futura, em consonância com os princípios da responsabilidade fiscal, eficiência, planejamento, economicidade e transparência administrativa. Por fim, esta Controladoria orienta que eventuais novas contratações, renovações contratuais ou despesas extraordinárias continuem precedidas sempre de análise de impacto orçamentário-financeiro, resguardando-se, assim, a sustentabilidade das contas públicas, o cumprimento das metas fiscais estabelecidas para o exercício e a observância das disposições previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Responsável:** Joelma Marinheiro Ferreira da Silva



# Relatório do Controle Interno

Período de Janeiro de 2026

<b>Área Setorial:</b>	3 - Restos a Pagar - Inscrição e Controle
<b>Responsável Setorial:</b>	Joelma Marinheiro Ferreira da Silva

Restos à Pagar	Saldo Período Anterior	Baixas		Inscrições	Saldo para o Período Seguinte	% Pago no Período
		Pagamentos	Cancelamentos			
Processados	96.305,93	0,00	0,00	0,00	96.305,93	% 0,00
Não Processados	255.416,25	47.510,00	0,00	0,00	207.906,25	% 18,60
Total Geral	351.722,18	47.510,00	0,00	0,00	304.212,18	% 13,51

3.3 - Os pagamentos dos Restos a Pagar efetuados até o período são tendentes a quitá-los até o final do exercício corrente ? **SIM**

3.4 - Houve cancelamento de Restos a Pagar efetuado até o período ? Caso positivo, justifique. **NÃO**



# Relatório do Controle Interno

Período de Janeiro de 2026

<b>Área Setorial:</b>	3 - Restos a Pagar - Inscrição e Controle
<b>Responsável Setorial:</b>	Joelma Marinheiro Ferreira da Silva

## Parecer da Área Setorial

## Parecer da Controladoria

Área regular

**Responsável:** Joelma Marinheiro Ferreira da Silva



# Relatório do Controle Interno

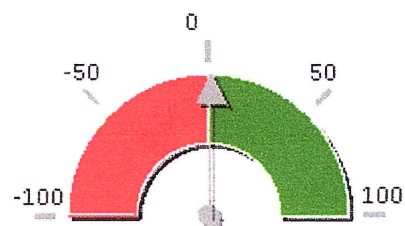
Período de Janeiro de 2026

<b>Área Setorial:</b>	5 - Controle Patrimonial e Alienação de Ativos
<b>Responsável Setorial:</b>	Joelma Marinheiro Ferreira da Silva

Liquidez Corrente	Valor
Ativo Circulante Financeiro	R\$ 1.127.857,70
Passivo Circulante Financeiro	R\$ 623.247,16
Capacidade de Pagamento com Recursos do Ativo Circulante Financeiro	% 1,81

**Nota Explicativa:** Contas contábeis do ativo circulante (11\*) , passivo circulante (21\*) e passivo não circulante(22\*) com atributo financeiro, Contas (6311\*) e (6317\*)

5.1 - Existem recursos do ativo disponível e créditos de curto prazo suficiente para honrar as obrigações do passivo financeiro? **SIM**





# Relatório do Controle Interno

Período de Janeiro de 2026

<b>Área Setorial:</b>	5 - Controle Patrimonial e Alienação de Ativos
<b>Responsável Setorial:</b>	Joelma Marinheiro Ferreira da Silva

## Parecer da Área Setorial

## Parecer da Controladoria

Área Regular

**Responsável:** Joelma Marinheiro Ferreira da Silva

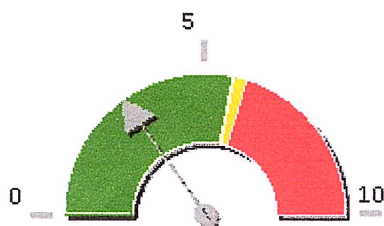


# Relatório do Controle Interno

Período de Janeiro de 2026

<b>Área Setorial:</b>	6 - Despesas com Pessoal - Limites e Concessão de Vantagens
<b>Responsável Setorial:</b>	Joelma Marinheiro Ferreira da Silva

Período	RCL	Gastos com Pessoal	%
1/2026	R\$ 150.477.379,26	R\$ 4.556.084,17	% 3,03
Limite Máximo 6% (art. 20 LRF)		R\$ 9.028.642,76	% 6,00
Limite Prudencial 95% do limite de 6% (par. único art. 22 LRF)		R\$ 8.577.210,62	% 5,70



6.2 - Relativo ao comportamento das despesas com pessoal, o percentual aplicado esta abaixo do limite Prudencial exigido § único, art. 22 da LRF ?

**SIM**

6.2.1 - Relativo ao comportamento das despesas com pessoal, o percentual aplicado atende o limite exigido no art. 20 da LRF ? **SIM**



# Relatório do Controle Interno

Período de Janeiro de 2026

<b>Área Setorial:</b>	6 - Despesas com Pessoal - Limites e Concessão de Vantagens
<b>Responsável Setorial:</b>	Joelma Marinheiro Ferreira da Silva

**Parecer da Área Setorial**

**Parecer da Controladoria**

Área Regular

**Responsável:** Joelma Marinheiro Ferreira da Silva



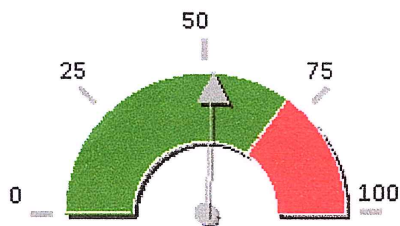
# Relatório do Controle Interno

Período de Janeiro de 2026

<b>Área Setorial:</b>	8 - Cumprimento dos Limites de Despesas do Legislativo
<b>Responsável Setorial:</b>	Joelma Marinheiro Ferreira da Silva

Período	Repasse Duodécimo (Ano)	Gasto Com Folha de Pagamento (Ano)	%
1/2026	R\$ 700.000,08	R\$ 364.690,12	% 52,10
Limite Legal 70% (§ 1º, do art. 29-A CF)			R\$ 490.000,06

**Nota Explicativa:** Gasto com Folha de Pagamento Descontados os Encargos Sociais.

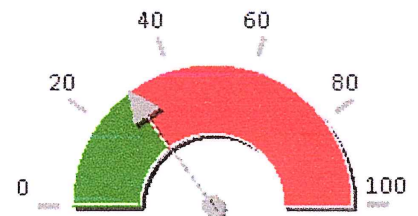


8.4 - Relativo ao gasto com a folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio dos vereadores e presidente da Câmara, atende o limite definido no art. 29-A, § 1º da CF. ? **SIM**

Período	Subsídios Deput. Est. (Mês)	Subsídios Vereadores (Mês)	%
1/2026	R\$ 34.774,64	R\$ 10.432,32	% 30,00
Limite Legal (art. 29-VI CF)		R\$ 10.432,39	% 30,00

8.5 - Os valores com subsídios dos vereadores somado ao valor do subsídio do presidente da câmara em relação a remuneração dos deputados estaduais atende ao limite definidos no art. 29, VI, b) da CF ?

**SIM**

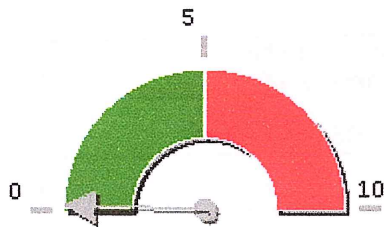


Período	Receita do Município	Subsídios dos Vereadores	%
1/2026	R\$ 132.000.895,11	R\$ 93.890,91	% 0,07
Limite Legal 5% (art. 29-VII CF)			R\$ 6.600.044,76



# Relatório do Controle Interno

Período de Janeiro de 2026



8.6 - Relativo as despesas de remuneração dos vereadores em relação a receita do município, é atendido o limite exigido Art. 29, VII da CF. ? **SIM**



# Relatório do Controle Interno

Período de Janeiro de 2026

<b>Área Setorial:</b>	8 - Cumprimento dos Limites de Despesas do Legislativo
<b>Responsável Setorial:</b>	Joelma Marinheiro Ferreira da Silva

## Parecer da Área Setorial

## Parecer da Controladoria

Área regular

**Responsável:** Joelma Marinheiro Ferreira da Silva



# Relatório do Controle Interno

Período de Janeiro de 2026

# CONCLUSÃO





# Relatório do Controle Interno

Período de Janeiro de 2026

Deve à municipalidade atentar-se e tomar as providências necessárias sobre os seguintes apontamentos:

<b>Área Setorial:</b>	2 - Gestão Orçamentária - Fiscalização e Legalidade
<b>Responsável Setorial:</b>	Joelma Marinheiro Ferreira da Silva

## Parecer da Área Setorial

2.2. Relativo ao comportamento das despesas previstas no cronograma de desembolso para com as despesas liquidadas realizada no período apurado a posição de superávit? De fato, o empenhamento registrado foi de R\$ 1.117.784,52 (um milhão, cento e dezessete mil, setecentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos), enquanto o valor recebido referente ao duodécimo correspondeu a R\$ 700.000,08 (setecentos mil reais e oito centavos). Essa aparente discrepância, que poderia ser interpretada como um "déficit" inicial, na verdade não existe e reflete uma prática contábil padrão na gestão pública. Para contextualizar melhor, o empenhamento representa a primeira etapa da execução orçamentária, conforme previsto na Lei nº 4.320, de 1964 e na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF - Lei Complementar nº 101, de 2000). Trata-se de uma reserva obrigatória de dotação orçamentária para garantir o pagamento de despesas futuras, especialmente aquelas decorrentes de contratos firmados com antecedência. No caso em análise, os maiores empenhos referem-se precisamente a esses instrumentos contratuais, que preveem execução gradual ao longo do exercício financeiro. A assinatura do contrato exige o empenho imediato para evitar contingenciamentos ou bloqueios de recursos, mesmo que a liquidação e o pagamento ocorram em meses subsequentes. O duodécimo, por sua vez, é o repasse mensal de recursos do Poder Executivo para os Poderes Legislativo e Judiciário, calculado com base na previsão orçamentária anual (art. 29 da LRF). No início do ano, esse valor inicial é conservador, ajustando-se conforme a arrecadação real. Assim, os R\$ 700.000,08 recebidos cobrem apenas as despesas imediatas, enquanto os empenhos adicionais serão suportados pelos duodécimos futuros, que tendem a crescer à medida que a receita se materializa. Em resumo, não há descompasso orçamentário, mas sim uma gestão prudente e antecipada, alinhada aos princípios da legalidade, eficiência e equilíbrio fiscal. Para ilustrar numericamente: Item Valor (R\$) Observação Empenho total 1.117.784,52 Reserva para contratos anuais Duodécimo recebido 700.000,08 Repasse inicial (1º mês) Diferença aparente 417.784,44 Coberta por repasses futuros Essa abordagem evita riscos como a paralisação de obras ou serviços essenciais, promovendo a continuidade das ações públicas. Se precisar de ajustes ou mais detalhes sobre normativas específicas.

2.5 - Em atenção à solicitação de informações desta Controladoria, passamos a expor a análise técnica pertinente ao item questionado: 2.6. Relativo ao comportamento das transferências financeiras recebidas frente às despesas empenhadas até o período apurado, a posição é de superávit? Sob a ótica da técnica contábil e orçamentária, informamos que o resultado momentaneamente deficitário observado não caracteriza uma



# Relatório do Controle Interno

Período de Janeiro de 2026

insuficiência financeira estrutural. Esta oscilação é intrínseca à metodologia de empenhamento global e por estimativa. Conforme as normas de Contabilidade Pública, o registro do empenho ocorre integralmente no ato da formalização do contrato ou no início do exercício para despesas estimadas. Esse procedimento gera uma redução imediata na dotação disponível, enquanto o fluxo de desembolso financeiro (pagamento) e a liquidação do serviço processam-se mensalmente. Dessa forma, a análise técnica projeta um ponto de equilíbrio com tendência superavitária a partir do mês de agosto. Ressaltamos que eventuais renovações contratuais ou novas licitações podem demandar empenhos em sua totalidade - ainda que proporcionais ao restante do exercício ?, o que poderá suscitar variações pontuais no déficit nominal. Contudo, em uma perspectiva macroeconômica da execução orçamentária anual, asseguramos que não há riscos ao equilíbrio fiscal ou ao cumprimento das metas do período. Para sintetizar a dinâmica da execução, apresento a estrutura técnica abaixo: Elemento Técnico Natureza da Operação Impacto na Execução Orçamentária Empenho de Contratos Registro do compromisso total no ato da contratação. Redução imediata do saldo orçamentário disponível. Cronograma de Desembolso Pagamento mensal condicionado à liquidação da despesa. Distribuição do impacto financeiro real ao longo do tempo. Sazonalidade (Ponto de Inflexão) Maturação da receita frente ao cronograma de empenhos. Previsão de transição para o estado superavitário em agosto. Sendo o que tínhamos para informar, colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos adicionais.

## Documentos Anexos:

Contém arquivos anexados.

## Parecer da Controladoria

Tendo em vista os esclarecimentos apresentados pelo setor contábil, verifica-se que o comportamento das transferências financeiras recebidas em relação às despesas empenhadas até o período apurado vem sendo acompanhado e analisado sempre que solicitado, não se verificando, até o presente momento, esquivas de resposta ou ausência de informações por parte do setor responsável. Não obstante, esta Controladoria recomenda que a unidade responsável mantenha acompanhamento contínuo e sistemático da execução orçamentária e financeira, especialmente no que se refere à evolução dos empenhos globais e estimativos vinculados aos contratos de execução continuada, considerando os reflexos que tais registros produzem sobre os demonstrativos contábeis e financeiros. Recomenda-se, ainda, a observância permanente do cronograma de desembolso e da compatibilidade entre a programação financeira e os repasses mensais do duodécimo, de forma a assegurar a manutenção do equilíbrio fiscal, a regularidade da execução orçamentária e a adequada gestão dos recursos públicos ao longo do exercício financeiro. Sugere-se também a adoção de medidas periódicas de monitoramento das despesas liquidadas e pagas, acompanhadas da atualização constante das projeções financeiras, com o objetivo de identificar



# Relatório do Controle Interno

Período de Janeiro de 2026

preventivamente eventuais oscilações capazes de impactar a execução orçamentária futura, em consonância com os princípios da responsabilidade fiscal, eficiência, planejamento, economicidade e transparência administrativa. Por fim, esta Controladoria orienta que eventuais novas contratações, renovações contratuais ou despesas extraordinárias continuem precedidas sempre de análise de impacto orçamentário-financeiro, resguardando-se, assim, a sustentabilidade das contas públicas, o cumprimento das metas fiscais estabelecidas para o exercício e a observância das disposições previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Responsável:** Joelma Marinheiro Ferreira da Silva

## Quesitos da Avaliação

2.2 - Relativo ao comportamento das despesas previstas no cronograma de desembolso para com as despesas empenhadas realizadas até o período apurado a posição é de superavit ? **NÃO**

### Justificativa

Foi enviada a esta controladoria a resposta do setor contábil em 06/04/2026. A resposta será anexada digitalizada e anexada ao relatório final impresso.

## Quesitos da Avaliação

2.5 - Relativo ao comportamento das transferências financeiras recebidas para com as despesas empenhadas até o período apurado a posição é de superavit ? **NÃO**

### Justificativa

Encaminharemos a resposta a esta controladoria, já adiantando que o quesito 2.2 é muito parecido com o 2.5. A mesma será digitalizada e anexada ao relatório final impresso.



# Relatório do Controle Interno

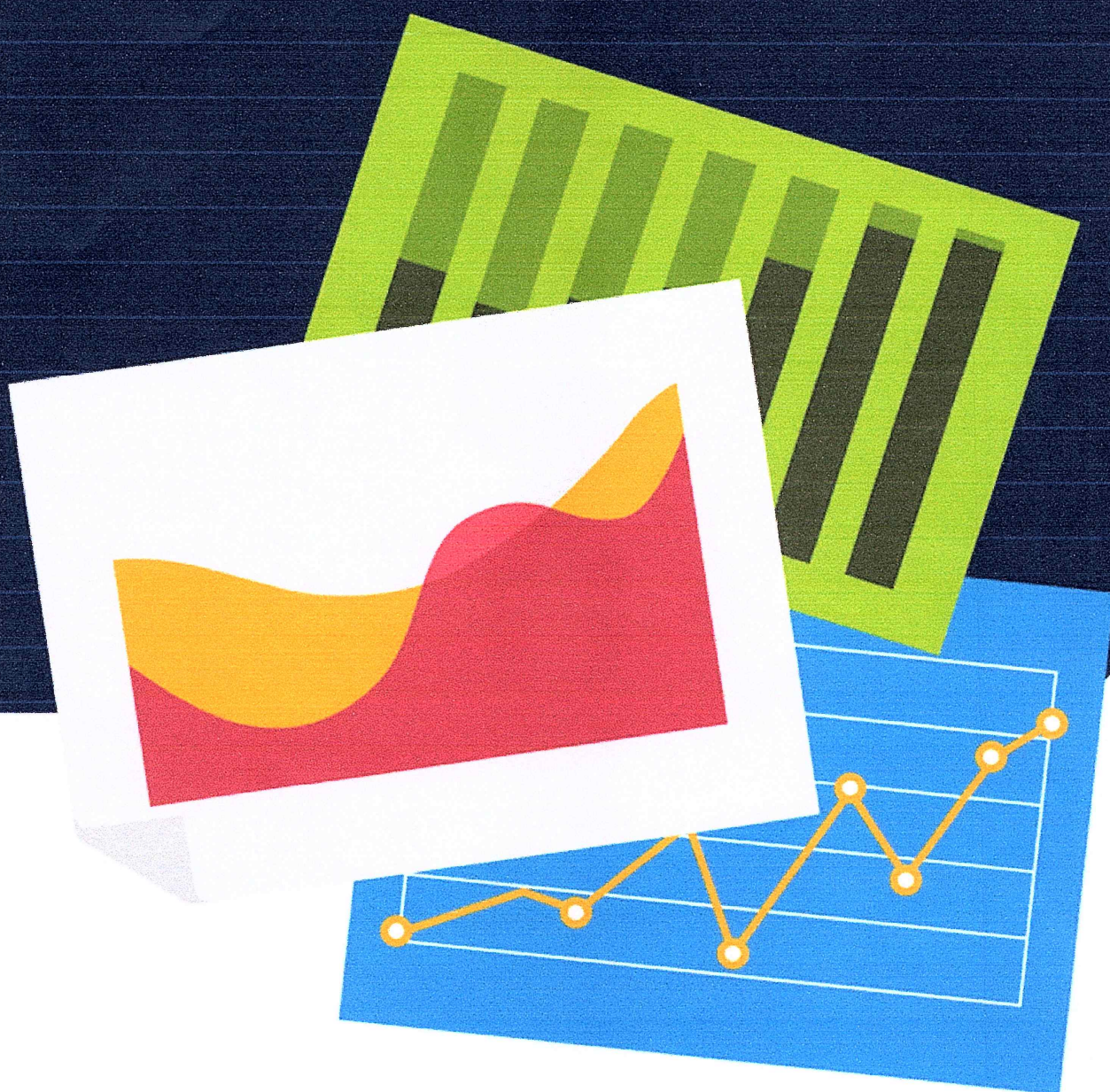
Período de Janeiro de 2026

Obs: Reforço que os seguintes quesitos que estavam dando erros recorrentes, foram corrigidos pelo Setor Contábil:

- 2.9 - \*\*\* Existem disponibilidades financeiras para pagamentos dos restos a pagar processados e não processados, para os empenhos liquidados a pagar, para as despesas empenhada a liquidar e para as despesas autorizadas a empenhar ?
- 3.3 - Os pagamentos dos Restos a Pagar efetuados até o período são tendentes a quitá-los até o final do exercício corrente ?
- 8.5 - Os valores com subsídios dos vereadores somado ao valor do subsídio do presidente da câmara em relação a remuneração dos deputados estaduais atende ao limite definidos no art. 29, VI, b) da CF ?



# ANEXOS





# Relatório do Controle Interno

Período de Janeiro de 2026

## Documentos Anexados:

<b>Área Setorial:</b>	2 - Gestão Orçamentária - Fiscalização e Legalidade
<b>Responsável Setorial:</b>	Joelma Marinheiro Ferreira da Silva

### Área Setorial

- Quesito 2-2 janeiro20260508\_08500198.pdf
- Quesito 2-5 janeiro20260508\_08531143.pdf



# Relatório do Controle Interno

Período de Janeiro de 2026

## - OUTRAS INFORMAÇÕES:

Foi encaminhado por esta Controladoria o questionário do Tribunal de Contas GP-46/2025, preenchido pelo sr. ADVOGADO Gabriel Mascarenhas Orasmo Fontana em 21/01/2026.

**OBS:** Em atenção aos prazos estabelecidos para envio dos relatórios referentes ao período de JANEIRO DE 2026, venho apresentar justificativa quanto ao atraso verificado. Ressalta-se que, O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) retomou suas atividades normais na segunda-feira, 12 de janeiro de 2026, após o recesso de final de ano iniciado em 22 de dezembro de 2025. Apesar do retorno das atividades administrativas nessa data, os prazos processuais permaneceram suspensos até 20 de janeiro de 2026, retomando sua contagem regular a partir de quarta-feira, 21 de janeiro de 2026, momento em que se iniciou a retomada das atividades com acúmulo de demandas administrativas. Ademais, esta Casa permaneceu temporariamente sem o setor contábil em funcionamento até aproximadamente o dia 12/02/2026, circunstância que impossibilitou a conferência técnica, consolidação e validação das informações indispensáveis à finalização e transmissão dos relatórios.

Diante do exposto, o presente relatório visa subsidiar a gestão na adoção de medidas corretivas e no aprimoramento dos processos administrativos, visando a eficiência, a legalidade e a transparência na gestão dos recursos públicos. Permanecemos à disposição para eventuais esclarecimentos e acompanharemos os desdobramentos necessários para o saneamento das inconformidades apontadas



# Relatório do Controle Interno

Período de Janeiro de 2026

## Tabela de Competência

Última competência disponível para o período em análise:

Entidade	Competência
1 - Aluminio - Prefeitura Municipal	1 /2026
2 - Aluminio - Câmara Municipal	1 /2026

\* Competência: Se refere ao último balancete enviado pelo órgão, referente ao período de análise deste demonstrativo, utilizado para gerar os resultados das análises.

*cientista*  
*Joelma*  
*08/05/2026*

Joelma Maranhão Ferreira da Silva  
Controladora Interna (INTERINA)

Jean Ricardo de Souza  
Presidente



# Relatório do Controle Interno

Período de Janeiro de 2026

---

EM BRANCO

EM BRANCO

8

## Quesitos desfavoráveis do mês de Janeiro/2026

### Resumo

✖ Itens Desfavoráveis : 2 que representa 18,18% dos itens respondidos

✔ Itens Favoráveis : 9 que representa 81,82% dos itens respondidos

### Lista de Quesitos Respondidos

✔ 2.1 - Relativo as transferências financeiras previstas para com as transferências financeiras realizadas até o período apurado a posição é de superávit ?

Resposta : SIM - [Visualizar Histórico](#)

Resposta enviada em 01/02/2026 por Analista Maristheia Furtado da Silva

✖ 2.2 - Relativo ao comportamento das despesas previstas no cronograma de desembolso para com as despesas empenhadas realizadas até o período apurado a posição é de superávit ?

Nível de Risco : ● Risco Extremo

Resposta : NÃO - [Visualizar Histórico](#)

Justificativa : Foi enviada a esta controladoria a resposta do setor contábil em 06/04/2026. A resposta será anexada digitalizada e anexada ao relatório final impresso.

Resposta enviada em 01/02/2026 por Analista Maristheia Furtado da Silva

✔ 2.3 - Relativo ao comportamento das despesas previstas no cronograma de desembolso para com as despesas liquidadas realizadas até o período apurado a posição é de superávit ?

Resposta : SIM - [Visualizar Histórico](#)

Resposta enviada em 01/02/2026 por Analista Maristheia Furtado da Silva

✔ 2.4 - Relativo ao comportamento das despesas previstas no cronograma de desembolso para com as despesas pagas realizadas até o período apurado a posição é de superávit ?

Resposta : SIM - [Visualizar Histórico](#)

Resposta enviada em 01/02/2026 por Analista Maristheia Furtado da Silva

✖ 2.5 - Relativo ao comportamento das transferências financeiras recebidas para com as despesas empenhadas até o período apurado a posição é de superávit ?

Nível de Risco : ● Risco Extremo

Resposta : NÃO - [Visualizar Histórico](#)

Justificativa : Encaminharemos a resposta a esta controladoria, já adiantando que o quesito 2.2 é muito parecido com o 2.5. A mesma será digitalizada e anexada ao relatório final impresso.

Resposta enviada em 01/02/2026 por Analista Maristheia Furtado da Silva

32

8

EM BRANCO

Ao Controle Interno.  
Sra; Joelma Marinheiro Ferreira da Silva

Em atendimento ao seu pedido temos a informar.

## **2.1. Relativo as transferências financeiras previstas com as transferências realizadas até o período apurado a posição são de superávit?**

As transferências financeiras previstas no cronograma foram integralmente cumpridas até o período analisado. Especificamente, o valor devido a título de duodécimo foi transferido no prazo estipulado e no montante exato, sem qualquer atraso ou discrepância. Essa execução pontual garante a regularidade das operações e reforça a adequação do planejamento orçamentário.

Essa condição superavitária demonstra o cumprimento rigoroso das obrigações financeiras, evitando impactos negativos no fluxo de caixa e na prestação de contas.

## **2.2. Relativo ao comportamento das despesas previstas no cronograma de desembolso para com as despesas liquidadas realizada no período apurado a posição de superávit?**

De fato, o empenhamento registrado foi de R\$ 1.117.784,52 (um milhão, cento e dezessete mil, setecentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos), enquanto o valor recebido referente ao duodécimo correspondeu a R\$ 700.000,08 (setecentos mil reais e oito centavos). Essa aparente discrepância, que poderia ser interpretada como um "déficit" inicial, na verdade não existe e reflete uma prática contábil padrão na gestão pública.

Para contextualizar melhor, o empenhamento representa a primeira etapa da execução orçamentária, conforme previsto na Lei nº 4.320, de 1964 e na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF - Lei Complementar nº 101, de 2000).

Trata-se de uma reserva obrigatória de dotação orçamentária para garantir o pagamento de despesas futuras, especialmente aquelas decorrentes de contratos firmados com antecedência.

No caso em análise, os maiores empenhos referem-se precisamente a esses instrumentos contratuais, que preveem execução gradual ao longo do exercício financeiro. A assinatura do contrato exige o empenho imediato para evitar contingenciamentos ou bloqueios de recursos, mesmo que a liquidação e o pagamento ocorram em meses subsequentes.

33  
7

EM BRANCO

O duodécimo, por sua vez, é o repasse mensal de recursos do Poder Executivo para os Poderes Legislativo e Judiciário, calculado com base na previsão orçamentária anual (art. 29 da LRF).

No início do ano, esse valor inicial é conservador, ajustando-se conforme a arrecadação real. Assim, os R\$ 700.000,08 recebidos cobrem apenas as despesas imediatas, enquanto os empenhos adicionais serão suportados pelos duodécimos futuros, que tendem a crescer à medida que a receita se materializa.

Em resumo, não há descompasso orçamentário, mas sim uma gestão prudente e antecipada, alinhada aos princípios da legalidade, eficiência e equilíbrio fiscal. Para ilustrar numericamente:

Item	Valor (R\$)	Observação
Empenho total	1.117.784,52	Reserva para contratos anuais
Duodécimo recebido	700.000,08	Repasse inicial (1º mês)
Diferença aparente	417.784,44	Coberta por repasses futuros

Essa abordagem evita riscos como a paralisação de obras ou serviços essenciais, promovendo a continuidade das ações públicas. Se precisar de ajustes ou mais detalhes sobre normativas específicas, é só pedir!

### **2.3. Análise do comportamento das despesas previstas no cronograma de desembolso em relação às despesas pagas até o período apurado: há superávit?**

Sim, a posição financeira apresenta uma condição superavitária clara. As despesas liquidadas totalizaram R\$ 543.900,31 (quinhentos e quarenta e três mil, novecentos reais e trinta e um centavos), enquanto os pagamentos efetivados alcançaram R\$ 385.838,52 (trezentos e oitenta e cinco mil, oitocentos e trinta e oito reais e cinquenta e dois centavos). Isso resulta em um saldo positivo de R\$ 158.061,79 (cento e cinquenta e oito mil, sessenta e um reais e setenta e nove centavos).

Esse superávit não indica qualquer irregularidade, mas reflete o fluxo natural das execuções orçamentárias. As liquidações ocorrem após a verificação da conformidade dos serviços ou bens recebidos, reservando os recursos para o pagamento posterior, que depende de disponibilidade de caixa e trâmites administrativos. Assim, é comum que o valor liquidado supere o pago no período analisado, garantindo a continuidade das obrigações sem comprometer o equilíbrio fiscal.

Para visualização clara:

34

8

**EM BRANCO**

<b>Item</b>	<b>Valor (R\$)</b>
<b>Despesas Liquidadas</b>	543.900,31
<b>Pagamentos Efetivados</b>	385.838,52
<b>Saldo Positivo (Superávit)</b>	<b>158.061,79</b>

Aluminio, 06 de abril de 2026.

**JOMAR LUIZ BELLINI**  
CRC-SP 1SP 154569/O-4 - CRA-SP 6-001563

35  
8

EM BRANCO

## Quesitos desfavoráveis do mês de Janeiro/2026

### Resumo

- ✘ Itens Desfavoráveis : 2 que representa 18,18% dos itens respondidos
- ✔ Itens Favoráveis : 9 que representa 81,82% dos itens respondidos

### Lista de Quesitos Respondidos

- ✔ 2.1 - Relativo as transferências financeiras previstas para com as transferências financeiras realizadas até o período apurado a posição é de superávit ?

Resposta : SIM - [Visualizar Histórico](#)

Resposta enviada em 05/01/2026 por: [Andréa Maria de Fátima F. Silva](#)

- ✘ 2.2 - Relativo ao comportamento das despesas previstas no cronograma de desembolso para com as despesas empenhadas realizadas até o período apurado a posição é de superávit ?

Nível de Risco : ● Risco Extremo

Resposta : NÃO - [Visualizar Histórico](#)

Justificativa : Foi enviada a esta controladoria a resposta do setor contábil em 06/04/2026. A resposta será anexada digitalizada e anexada ao relatório final impresso.

Resposta enviada em 06/04/2026 por: [Andréa Maria de Fátima F. Silva](#)

- ✔ 2.3 - Relativo ao comportamento das despesas previstas no cronograma de desembolso para com as despesas liquidadas realizadas até o período apurado a posição é de superávit ?

Resposta : SIM - [Visualizar Histórico](#)

Resposta enviada em 07/01/2026 por: [Andréa Maria de Fátima F. Silva](#)

- ✔ 2.4 - Relativo ao comportamento das despesas previstas no cronograma de desembolso para com as despesas pagas realizadas até o período apurado a posição é de superávit ?

Resposta : SIM - [Visualizar Histórico](#)

Resposta enviada em 07/01/2026 por: [Andréa Maria de Fátima F. Silva](#)

- ✘ 2.5 - Relativo ao comportamento das transferências financeiras recebidas para com as despesas empenhadas até o período apurado a posição é de superávit ?

Nível de Risco : ● Risco Extremo

Resposta : NÃO - [Visualizar Histórico](#)

Justificativa : Encaminharemos a resposta a esta controladoria, já adiantando que o quesito 2.2 é muito parecido com o 2.5. A mesma será digitalizada e anexada ao relatório final impresso.

Resposta enviada em 07/01/2026 por: [Andréa Maria de Fátima F. Silva](#)

36  
7

EM BRANCO



## RESPOSTA AO CONTROLE INTERNO

**Destinatária:** Sra. Joelma Marinheiro Ferreira da Silva

**Assunto:** Esclarecimentos sobre o Comportamento das Transferências Financeiras e Despesas Empenhadas

Prezada Senhora,

Em atenção à solicitação de informações desta Controladoria, passamos a expor a análise técnica pertinente ao item questionado:

### **2.6. Relativo ao comportamento das transferências financeiras recebidas frente às despesas empenhadas até o período apurado, a posição é de superávit?**

Sob a ótica da técnica contábil e orçamentária, informamos que o resultado momentaneamente deficitário observado não caracteriza uma insuficiência financeira estrutural. Esta oscilação é intrínseca à metodologia de **empenhamento global e por estimativa**.

Conforme as normas de Contabilidade Pública, o registro do empenho ocorre integralmente no ato da formalização do contrato ou no início do exercício para despesas estimadas. Esse procedimento gera uma redução imediata na dotação disponível, enquanto o fluxo de desembolso financeiro (pagamento) e a liquidação do serviço processam-se mensalmente.

Dessa forma, a análise técnica projeta um ponto de equilíbrio com tendência superavitária a partir do mês de agosto. Ressaltamos que eventuais renovações contratuais ou novas licitações podem demandar empenhos em sua totalidade - ainda que proporcionais ao restante do exercício -, o que poderá suscitar variações pontuais no déficit

EMBRANCO



nominal. Contudo, em uma perspectiva macroeconômica da execução orçamentária anual, asseguramos que não há riscos ao equilíbrio fiscal ou ao cumprimento das metas do período.

Para sintetizar a dinâmica da execução, apresento a estrutura técnica abaixo:

<b>Elemento Técnico</b>	<b>Natureza da Operação</b>	<b>Impacto na Execução Orçamentária</b>
<b>Empenho de Contratos</b>	Registro do compromisso total no ato da contratação.	Redução imediata do saldo orçamentário disponível.
<b>Cronograma de Desembolso</b>	Pagamento mensal condicionado à liquidação da despesa.	Distribuição do impacto financeiro real ao longo do tempo.
<b>Sazonalidade (Ponto de Inflexão)</b>	Maturação da receita frente ao cronograma de empenhos.	Previsão de transição para o estado superavitário em agosto.

Sendo o que tínhamos para informar, colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos adicionais.

Alumínio, 04 de maio de 2026.

**JOMAR LUIZ BELLINI**  
CRC-SP 154569/O-4 | CRA-SP 6-001563

EM BRANCO

# Questionário Tribunal Contas Jan 26

Comunicado GP 46/2025 (Diário Oficial de 11/12/2025)

## QUESTIONÁRIO

Público-alvo: Poderes Legislativos dos municípios jurisdicionados

Objetivo: verificação do Processo Legislativo do Orçamento Municipal

1. O projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) foi enviado pelo Executivo ao Legislativo dentro do prazo legal?

Sim  Não

2. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) foi aprovada antes do recesso legislativo?

Sim  Não

3. O orçamento está compatível com o Plano Plurianual (PPA)?

Sim  Não

4. Foram realizadas audiências públicas para discussão da LOA?

Sim  Não

5. Os documentos orçamentários (PPA, LDO, LOA, anexos) estão disponíveis no portal da transparência?

Sim  Não  Parcial

6. A população ou entidades civis tiveram oportunidade formal de apresentar sugestões?

Sim  Não

7. As comissões permanentes (ou órgãos equivalentes) emitiram pareceres sobre o projeto?

Sim  Não

8. Os vereadores puderam apresentar emendas dentro dos critérios da LDO e da legislação vigente?

Sim  Não

9. O processo legislativo de emendas parlamentares no município exige que toda emenda apresente um plano de trabalho contendo objeto, finalidade e cronograma?

Sim  Não  Parcialmente

10. A Câmara exige que toda emenda identifique claramente o parlamentar proponente, conforme determina o STF?

Sim  Não  Parcialmente

11. Há vedação expressa a emendas genéricas (sem objeto definido, finalidade clara ou detalhamento mínimo)?

Sim  Não

Especifique o diploma legal: \_\_\_\_\_

12. As emendas são obrigatoriamente vinculadas a um programa ou ação da LOA municipal?

Sim  Não

39

EM BRANCO

13. Existe uma Comissão Técnica (ou equivalente) que analisa a admissibilidade, mérito técnico e impacto orçamentário das emendas?

( ) Sim () Não

14. Existem regras regimentais que estabelecem limites, critérios e prioridades para apresentação de emendas parlamentares?

( ) Sim ( ) Não () Parcialmente

15. A Câmara acompanha se o Executivo está cumprindo a exigência de abrir conta bancária específica para cada emenda?

( ) Sim () Não

16. O Executivo envia periodicamente à Câmara relatórios de execução contendo valores recebidos, empenhados, pagos e saldo das emendas?

( ) Sim () Não

17. O processo legislativo proíbe práticas de fragmentação excessiva ou pulverização de emendas que dificultem rastreabilidade, conforme o STF determinou?

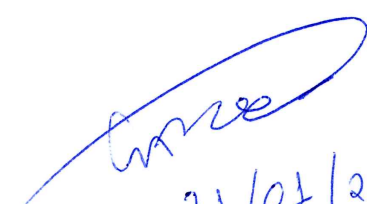
( ) Sim () Não

18. A Câmara possui página ou seção de transparência ativa dedicada exclusivamente às emendas parlamentares?

( ) Sim () Não

19. A Lei Orgânica e/ou o Regimento Interno foi alterado para incorporar as determinações do STF na ADPF 854 quanto ao processo orçamentário, transparência e rastreabilidade?

( ) Sim () Não ( ) Em andamento

  
21/01/2026  
(40) 7

EM BRANCO